

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SULCATARINENSE - UNESC

CURSO DE ARTES VISUAIS

MARISTELA CONSTANTE

**O ENSINO DA ARTE FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA
NO ENSINO REGULAR**

CRICIÚMA

2015

MARISTELA CONSTANTE

**O ENSINO DA ARTE FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA
NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciada no curso de Artes Visuais da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador (a): Prof. (a) Ma.Simone das Graças Nogueira Feltrin

CRICIÚMA

2015

MARISTELA CONSTANTE

**O ENSINO DA ARTE FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA
NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciada, no Curso de Artes Visuais da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação em Artes.

Criciúma, 24 de novembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ma. Simone das Graças Nogueira Feltrin - Orientadora - UNESC

Prof^a. Ma. Cinara Lino Colonetti–Mestre em Educação - Especialista - UNESC

Prof^a. Ma. Silemar de Medeiros da Silva –Mestrado em Educação –UNESC

Dedico este projeto aos meus familiares e amigos que me ajudaram muito para a conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me dar força e não deixou desistir deste sonho.

Agradeço aos meus filhos Henrique e Thamyres que amo mais que tudo nesta vida, por muitas vezes estava ausente em suas vidas, e mesmo assim me ajudaram e compreenderam minhas angústias e ausências. E também aos novos filhos que ganhei nesse percurso, Gabriel e Júlia, filhos do meu namorado, e que amo como se fossem meus.

A ele que compreendeu minhas ausências, minhas preocupações, me ajudou nas horas mais difíceis, meu amigo, meu namorado, meu amor que admiro tanto, Cláudio muito obrigada, por tudo.

Minhas irmãs Cida e Josiane, que sempre estão presente em minha vida, a Maria Hiorana minha afilhadinha linda, que me encanta com sua doçura e travessuras, amo... amo demais.

Minhas amigas da biblioteca Unesc, que me ajudaram com muitos conselhos, ouviram meus desabafos, com pesquisas ou que de alguma forma me ajudaram neste processo de finalização de curso, muito obrigada a cada uma.

As minhas amigas que me ajudaram me dando força, torcendo por mim, Pedra e Michele, serão sempre lembradas com gratidão.

A minha mãe Inácia (*in memorian*), que faleceu a pouco tempo, mas estará sempre em minhas lembranças, me ensinou ter responsabilidade e valorizar cada momento da vida. Pois os últimos dias de sua vida, senti através do seu olhar a ternura e gratidão por eu estar ali presente do seu lado, te amarei eternamente mãe.

A professora Cinara Lino Colonetti e Silemar de Medeiros da Silva que aceitaram ser minha banca neste momento muito difícil para mim.

E em especial a minha orientadora Simone das Graças Nogueira Feltrinque foi minha professora de Libras, psicóloga particular e minha orientadora de TCC, agradeço ao carinho, paciência e dedicação.

E aos professores entrevistados que aceitaram responder o questionário sem nenhuma objeção.

Obrigada a todos.

“Todas as crianças, não apenas as que apresentam alguma limitação ou deficiência, são especiais. Por isto, também é errado exigir de diferentes crianças o mesmo desempenho e lidar com elas de maneira uniforme. O ensino deve ser organizado de forma que contemple as crianças em suas distintas capacidades”.

(Hugo Otto Beyer)

RESUMO

A pesquisa intitulada: “O ensino da arte frente à educação inclusiva no ensino regular”, é uma pesquisa de campo, qualitativa e descritiva, insere-se na linha de Educação e Arte do Curso de Artes Visuais – Licenciatura da UNESC, que busca contemplar os princípios teóricos e metodológicos sobre educação e arte, linguagens artísticas e suas relações com a prática pedagógica. Foi realizada uma pesquisa de campo, sendo utilizadas as informações coletadas a partir de um questionário aplicado com professores de Artes de uma escola municipal, estadual e particular do município de Criciúma S.C. Esta pesquisa tem como objetivo geral, analisar a concepção dos professores de artes em relação a inclusão de alunos deficientes no ensino regular e traz como problema: Qual a percepção desses professores de Artes com relação à inclusão no ensino regular?

Logo após, foi realizada a análise dos dados coletados o nos permitiu constatar que os professores de artes acreditam que inclusão é para todos e utilizam em suas aulas a mesma metodologia de ensino, sem diferenciar alunos. O referencial desta pesquisa foi fundamentado com base em autores como Ferreira (2001), Pillotto (2007), Mantoan (2006), entre outros.

Palavras-chave: Ensino da Arte. Inclusão. Ensino Regular.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil	32
-------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/ Câmara Nacional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
AEE	Atendimento Educacional Especializado
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCSC	Proposta Curricular de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 MAPEANDO CAPÍTULOS.....	12
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS.....	14
3 O ENSINO DA ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA	19
3.1 LINGUAGENS DA ARTE	24
3.1.1 Artes Visuais.....	24
3.1.2 Música	25
3.1.3 Teatro	26
3.1.4 Dança.....	28
4 METODOLOGIA	30
5 ANÁLISE DE DADOS.....	32
6 PROJETO DE CURSO	37
7 CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS.....	42
ANEXO(S).....	45
ANEXO I: QUESTIONÁRIO	46
ANEXO II: AUTORIZAÇÃO – USO DE FALAS, ESCRITAS E IMAGENS	48

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de pesquisar este tema procedeu há muitos anos atrás, quando conheci o tio do meu esposo, na época, que tem deficiência intelectual, adquirida aos dois meses, vítima de meningite. Durante muito tempo ele não frequentou escolas regulares, nem escolas especiais e tomava uma quantidade significativa de medicamentos controlados, mas que não garantiam seu total bem-estar, às vezes se tornava agressivo e agitado. Após várias conversas realizadas pela família, sua mãe o matriculou na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), próximo a sua casa. A partir da frequência na instituição percebemos que seu comportamento havia mudado se tornou mais comunicativo e tranquilo, sempre que desenvolvia atividades na APAE, ele chegava em casa e mostrava para todos com muita alegria e orgulho pois ele mesmo havia feito. Isso ocorria muito com as atividades relacionadas à Arte, ele desenvolvia suas habilidades de forma prazerosa, e com resultados bem positivos, sua coordenação motora melhorou muito após estes trabalhos, sua concentração e criatividade tiveram aumentos significativos. Esse processo chamou muito a atenção, toda a família viu seu desenvolvimento, ocasionou até a diminuição da dosagem do medicamento.

Quando comecei a fazer meus estágios obrigatórios me deparei com vários alunos com deficiência que estavam incluídos nas escolas de ensino regular, percebi as dificuldades dos professores para trabalhar com estes alunos, bem como seus auxiliares.

Assim, observou-se a importância em realizar uma pesquisa de campo com professores de Artes que atuam na escola regular com alunos deficientes.

Deu-se como título para o presente estudo: O Ensino da Arte frente à educação inclusiva no ensino regular.

É uma pesquisa com abordagem qualitativa e de caráter exploratório e descritivo, feita a partir de um questionário para professores com formação em Artes que lecionam para alunos com deficiência na escola regular. Definiu-se o seguinte problema: Qual a percepção dos professores de Artes com relação à inclusão no ensino regular?

Esta pesquisa norteou-se pelos seguintes objetivos: Geral: Analisar a percepção dos professores de Artes com relação a inclusão no ensino regular. E os objetivos específicos: identificar a metodologia que o professor utiliza para ensinar

artes; Verificar se há alguma dificuldade para os professores de Artes, ensinar alunos com deficiência no ensino regular. Conhecer qual o entendimento que o professor de Artes tem com a inclusão na educação básica. Ter conhecimento das linguagens da arte que o professor utiliza em turmas que há aluno com deficiência. Observar quais espaços que o professor de Artes utiliza em suas aulas. Verificar se o aluno com deficiência tem o acompanhamento de uma auxiliar nas atividades escolares e como acontece o planejamento.

As questões que nortearam esta pesquisa surgiram a partir dos seguintes questionamentos: quais metodologias os professores de Artes das redes de ensino, municipal, estadual e particular estão possibilitando a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular? Quais são as dificuldades que o professor de Artes encontra em sala de aula diante deste aluno com deficiência?

O estudo proposto sucedeu dentro da Linha de Pesquisa, linha de Educação e Arte do Curso de Artes Visuais – Licenciatura da UNESC, que busca contemplar os princípios teóricos e metodológicos sobre educação e arte, linguagens artísticas e suas relações com a prática pedagógica.

1.1 MAPEANDO CAPÍTULOS

A presente pesquisa traz sete capítulos, sendo que o primeiro capítulo que é a introdução aborda como se iniciou o interesse pelo tema e toda a linha de pesquisa, e o mapeamento dos capítulos.

No segundo capítulo a Educação Inclusiva e o que dizem os documentos, para uma análise teórica e assegurar os direitos dos alunos com deficiência, Mantoan (2006), Cidade e Freitas (2009), AEE – Atendimento Educacional Especializado (2007), Constituição Federal de 1988, e as leis nº 8.069/90, 9.394/96, Resolução CNE/CEB, 6.571/2008, entre outros.

No terceiro capítulo tem como foco, “O Ensino da Arte na Educação Básica”, falando das linguagens da arte e das obrigatoriedades do ensino de artes na educação básica, tendo uma análise teórica com o PCSC (1998), PCN (1997), Hernandez (2005), Ferreira (2001), Kramer (2007), Pillotto (2007), Strazzacappa (2001), entre outros.

O quarto capítulo é feita a análise de dados do questionário aplicado aos professores das redes de todas as redes do ensino regular, dando ênfase as

respostas dos mesmos.

No quinto capítulo segue o projeto de curso com uma proposta de capacitação para professores de todas as redes do ensino regular, sendo, municipal, estadual e particular.

E o sexto e último capítulo, as considerações finais que abordam comentários sobre a pesquisa desenvolvida.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS

Durante o período da Renascença a educação era privilégio da burguesia, com a introdução da obrigatoriedade escolar as demais classes sociais também tiveram acesso.

As escolas faziam uma seleção, onde inclusão era extremamente desconsiderada. A escola inclusiva vem então com a proposta de atender todas as crianças sem distinção, no que diz respeito a capacidade de aprendizagem. Mantoan (2006, p. 26) aborda que “[...] toda escola deve atender aos princípios constitucionais sem excluir nenhuma pessoa em decorrência de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência.”.

A Constituição Federal de 1988 que têm como objetivo fundamental “promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV).

Após dois anos da Constituição de Federal de 1988, em 1990, é estabelecida a Lei nº 8.069/90 que dispõe do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que tem como objetivo “a proteção integral da criança e do adolescente”. (BRASIL, 1990).

Em 1994, o Brasil também participou da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, onde foi proclamada a Declaração de Salamanca, assim, todos os representantes na Conferência, demandaram aos governos que:

- Atribuem a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
- Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
- Desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.
- Estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.
- Encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.
- Invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.

- Garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas. (BRASIL, 1994).

A inclusão de pessoas deficientes é um dos novos paradigmas da educação brasileira, legalmente amparado pela Lei nº 9.394/ 96, a qual delega a família, escola e sociedade o compromisso para a efetivação de uma proposta de escola para todos.

Em seu artigo 59, a Lei garante sistemas de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, os quais devem garantir:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

A inclusão faz parte do contexto histórico da pessoa com deficiência e também das fases de desenvolvimento da educação, neste sentido as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, com a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, aborda que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos deficientes, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001).

Incluir alunos com deficiência é um desafio para as escolas do ensino regular, pensando nisso, em 2007, o MEC implementa a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, esta Política apresenta os

“avanços do conhecimento das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.” (BRASIL, 2007).

Em 2009, é instituída a resolução nº 4 CNE/CEB, a qual aborda características sobre o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado - AEE na Educação Básica. Características como: Público alvo, local de funcionamento, o planejamento e execução do Projeto da sala do AEE, entre outras. No artigo 1º, a resolução aborda que,

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades / superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (BRASIL, 2009).

A inclusão escolar é um assunto que está em constante debate atualmente, pensar sobre essa educação inclusiva significa concretizar o direito de todos os alunos.

Para que esta educação inclusiva aconteça não depende somente do acesso do aluno com deficiência na escola, e sim de toda a comunidade “a inclusão implica em mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos, para que obtenham sucesso” (MARTOAN, 2006, p.19).

As escolas inclusivas certamente terão mudanças em seu sistema de ensino, pois este sistema irá considerar as necessidades de todos “o princípio da inclusão consiste em reconhecer a necessidade de uma escola para todos, que inclua todos, apoie a aprendizagem e responda às necessidades individuais” (BRASIL, 1994).

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (BRASIL, 2007).

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino

em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade. (BRASIL, 2007).

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento: O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2007).

Em 2006 é aprovada pela Organização das Nações Unidas – ONU A *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, esta estabelece que,

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida. Assim foram assumidas medidas para garantir que:

- a. As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;
 - b. As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
 - c. Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
 - d. As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- (BRASIL, 2009. Art. 24).

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008, documento que integra os marcos históricos e normativos da educação especial, apresenta seu diagnóstico e explicita objetivos e diretrizes para a política nacional, definindo como público os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2007).

Esta Política apresenta os “avanços do conhecimento das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos” (BRASIL, 2007).

Com a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento

e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE). (BRASIL, 2007).

A legislação garante o acesso e permanência do aluno com deficiência incluído nas classes da rede regular de ensino, com a intenção de promover a educação inclusiva. Como aborda Cidade e Freitas (2009, p. 46),

Para pensar a inclusão no âmbito da escola é necessária uma mudança de perspectiva educacional, por que esta não atinge somente os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. [...]. A inclusão implica esforço de modernização de nossas escolas [...] ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

A história da Educação foi marcada por uma trajetória de conquistas e mudanças no atendimento às pessoas com deficiências e a inclusão escolar é um movimento social que faz parte da sociedade.

A educação inclusiva tem sido refletida e debatida, pois além de pensar na arquitetura da escola inclusiva é preciso refletir sobre as atitudes que serão tomadas neste ambiente, o transporte, o acesso, os comportamentos, etc. A acessibilidade deste aluno no ambiente escolar não se dá somente ao acesso adequado na parte física da escola, como por exemplo, rampas, portas mais largas para cadeirantes, identificação em braile para cegos, mas também dar condições de ensino que possam intermediar o ensino a todos os alunos com deficiência, como a parte da informática acessível as cegos, um profissional especializado para orientar um aluno que seja autista, entre outras formas de acessibilidade. (CIDADE; FREITAS, 2009). Ou seja, a grande questão em "como promover a inclusão na escola, de forma responsável". (CIDADE; FREITAS, 2009, p. 47).

As escolas inclusivas certamente terão mudanças em seu sistema de ensino, terão de considerar as necessidades de todos os alunos e os conteúdos serão preparados a partir das necessidades, com metodologias adaptadas para a construção do conhecimento.

3 O ENSINO DA ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Desde os primórdios já se percebeu a importância do registro de um desenho, na pré-história os nossos ancestrais iniciavam seus primeiros traços. Onde os “homens das cavernas” deixavam o que hoje é conhecido por arte rupestre, às imagens de animais pintadas nas superfícies das cavernas revela a importância dos registros. A Arte é um dos meios mais eficazes de se conseguir tal fato, pois é através dela que se pode conhecer a história de diferentes locais, assim também como sua população e seus costumes. (PCSC, 1998).

No Brasil a Arte teve um início por volta de 1549 quando a mesma era usada em caráter didático. Neste período foram realizadas peças teatrais em práticas da catequese jesuítica, assim também como a música, que se constituiu como outra forma de ensino da arte, sendo utilizadas pelos padres jesuítas também no processo de catequese, neste caso com cantos gregorianos (PCSC, 1998).

De acordo com o desenvolvimento artístico cultural da sociedade brasileira, outras manifestações artísticas foram surgindo. Artistas plásticos com diferentes linguagens e estilos. Havia os acadêmicos e os autodidatas, a arte elitista e a arte do povo. Já a música e seu ensino foi oficializada por volta de 1841, quando se criou um Conservatório de Música no Rio de Janeiro. Também foi nesse período que se publicou o primeiro manual para a formação de atores, pelo então ator João Caetano (PCSC, 1998).

E um novo momento para o ensino da arte no Brasil surgiu em 1920 com a semana de Arte Moderna, onde informações sobre os movimentos de arte moderna influenciava fortemente a arte local e motivava um novo olhar para a produção artística infantil. (PCSC, 1998).

A Arte vem ganhando cada vez mais espaço e uma importância bem significativa na vida escolar, no início a arte na escola foi considerada como uma atividade, um espaço para fazer artesanato e decoração para festas e datas comemorativas da escola. Até os meados da década de 60 quase não existia uma formação para professores de Artes, enquanto isso o professor assumia as aulas de Artes.

Em 1971, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a arte é incluída no currículo escolar com o título de Educação Artística, mas é

considerada “atividade educativa” e não disciplina, tratando de maneira indefinida o conhecimento (PCN,1998, p.26).

O PCN afirma que ainda neste tempo a arte não era trazida para o educando como conhecimento, não se tinha um conteúdo e sim atividades educativas trabalhadas, como a construção de cenários e comemorando as datas marcantes como, dia das mães, páscoa, dia da bandeira, etc... A partir dos anos 70 até a atualidade os professores perceberam que teriam que ter outra responsabilidade além das atividades festivas, teriam que instigar artisticamente seus alunos (PCN, 1997).

Para isso é preciso que antes de qualquer outra coisa, o docente precisa se despir de convicções anteriormente incutidas, de que a arte serve somente para fins decorativos. Hernández, 2005, p.9, diz que:

A instituição escolar segue presa a um passado de cento e cinquenta anos, quando foi fundada, enquanto os docentes têm a missão de oferecer o desejo de aprender a sujeitos que vivem num mundo contraditório e que sofre mudanças constantes.

A LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996, fala da obrigatoriedade e direito do ensino da Arte no ensino regular, para a formação essencial do sujeito como cidadão. No art. 3º, item II, “- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”; traz ao educando a autenticidade de pensar, conhecer e vivenciar a sua própria cultura e todas as demais. Assim o aluno irá respeitar e valorizar toda a experiência escolar com base em uma educação diversificada.

No capítulo II da Educação Básica, art.22 da LDB 9394/96 afirma que, “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Neste sentido o ensino de Arte se mostra de forma significativa para a formação inicial do sujeito, onde ele possa construir seus próprios saberes culturais e seus questionamentos podendo se expressar de forma artística.

Ferreira (2001, p.15), fala sobre a importância da arte na vida escolar:

[...] o motivo mais importante para incluirmos as artes no currículo na educação básica é que elas são parte do patrimônio cultural da

humanidade, e umas das principais funções da escola é prestar esse patrimônio e dá-lo a conhecer. As artes são produções culturais que precisam ser conhecidas e compreendidas pelos alunos, já é nas culturas que nos constituímos como sujeitos humanos.

Com a Lei 9394/96 as escolas básicas devem oferecer a todos os alunos que precisarem de orientação escolar, conforme Art.26, parágrafo 2, “O ensino da Arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”.

Na educação infantil, Kramer (2007), assegura que uma infância bem estruturada, com base na educação a criança terá um desenvolvimento superior.

Segundo Kramer (2007, p.79):

A qualidade da educação infantil requer a implementação de ações sistemáticas, que garantam que todas as relações construídas no interior da creche e da pré-escola sejam educativas. Disso decorre a necessidade de que as instituições norteiem seu trabalho por uma proposta pedagógica fundamentada na concepção da criança como sujeito social e cidadão de direitos e da educação infantil como equipamento social de cunho educativo e de cuidados, e no entendimento dos processos de desenvolvimento e aprendizagem da primeira etapa da vida humana.

Acredita-se que com um acompanhamento pedagógico bem estruturado, a criança como sujeito aprendiz possa ter uma formação significativa na sociedade, se torne um cidadão independente, mais responsável, crítico e participativo em suas ações. A educação desde a infância permite o ensino através do olhar, no sentido de incentivar a criança a observar seu contexto histórico, conhecendo e respeitando suas referências como base e estrutura, como protagonista de sua própria história.

Pillotto (2007, p.23), traz o seguinte:

As crianças estão abertas à vida, sem preconceitos; são receptivas a novas experiências. Portanto cabe ao professor não romper esse processo de apreensão da realidade e do imagético. Quando formos capazes de nos diferenciar, preservando as nossas marcas pessoais, e ao mesmo tempo nos integrar grupos sociais, teremos também a possibilidade de amadurecer e crescer espiritualmente, cada vez mais aptos a ler e interpretar o que o mundo tem a nos dizer e o que temos a dizer a ele, numa interação dialógica que envolve construção e apropriação da história e do conhecimento.

Neste mesmo pensamento de Pillotto (2007), enquanto educadores de arte, temos que estar prontos para possibilitar que a criança possa vivenciar experiências com todas as linguagens da arte, para desenvolver a imaginação,

estimular a criação, sentir a emoção, podendo através do lúdico, dos jogos e do faz de conta que a criança aprenda, pois são nessas ações que fazem os maiores registros da sua aprendizagem na infância. Segundo Freire (1999, p.16 apud Pillotto, 2007, p.24) “os primeiros sintomas de imaginação surgem em nós no período de vida em que aparece a fala. E ela aparece com tamanha força que toma conta da criança”.

No ensino fundamental e médio trago é no PCN, que encontro sobre esta fase escolar,

Ao aprender arte na escola, o jovem poderá integrar os múltiplos sentidos presentes na dimensão do concreto e do virtual, do sonho e da realidade. Tal integração é fundamental na construção da identidade e da consciência do jovem, que poderá assim compreender melhor sua inserção e participação na sociedade (PCN, 1998, p.20).

O ensino da arte tem esta perspectiva de propiciar ao aluno o conhecimento através do olhar, do sentir, do imaginar, construindo sua própria identidade, formando um sujeito pensante e reflexivo em aprender diferentes ambientes culturais.

Sustentando ainda o mesmo pensamento, no PCN de Arte (1998, p. 19), afirma que:

O aluno desenvolve sua cultura de arte fazendo, conhecendo e apreciando produções artísticas, que são ações que integram o perceber, o pensar, o aprender, o recordar, o imaginar, o sentir, o expressar, o comunicar. A realização dos trabalhos pessoais, assim com a apreciação de seus trabalhos, os dos colegas e a produção de artistas, se dá a mediante a elaboração de idéias, sensações, hipóteses e esquemas pessoais que o aluno vai estruturando e transformando, ao interagir com os diversos conteúdos de arte manifestados nesse processo dialógico.

Desse modo além de agregar conhecimento e ampliar seu repertório cultural, este aluno vai levar esses aprendizados para sua vida social, tendo uma visão com mais conteúdo, e até mesmo para sua vida escolar, ajudando em seu cotidiano.

Uma das finalidades da educação é despertar a cognição autônoma do aluno, fazendo que eles tenham independência para pensar, questionar, criar e sonhar. A disciplina de Arte tem este grande papel em fazer com que o aluno possa

ser mais independente, sair dos estereótipos do convencionalismo, que não tenham medo de ousar e se tornarem mais atrevidos e criativos.

Ferreira (2001, p.24) contribui com um dizer que:

O desenvolvimento de habilidades artísticas podem ser uma das maiores fontes de satisfação pessoal para os alunos, contribuindo para elevar a auto-estima. Isso ocorre quando tomam consciência de que desenvolveram certas habilidades, quando descobrem que aprenderam a fazer coisas que podiam fazer anteriormente.

A autora, 2001, ainda afirma que é muito importante o professor incentivar o aluno a fazer suas produções artísticas, e não igualá-lo a um artista, refazendo desenhos similares, mas mostrar a sua capacidade de construir, de imaginar e mostrar que podem ousar e ter sua própria identidade, dando autonomia em suas produções, construindo uma maneira nova de ver o ensino da arte nas escolas, não no estereótipo de fazer por fazer ou somente expor em algum evento da escola, mas poder construir um registro de sua trajetória como educando, e ver seus progressos no período escolar.

Ferreira, (2001, p.25), traz,

As atividades artísticas também auxiliam o desenvolvimento de habilidades que expandem a capacidade de dizer mais e melhor sobre si mesmo e sobre o mundo. Sabemos que é no próprio processo de sua produção que as ideias são formadas e clarificadas. Por extensão, podemos dizer que o processo de expressar conhecimentos, valores e afetos por meio de imagens visuais, sons, gestos, movimentos e palavras ajuda os alunos a compreenderem melhor os conhecimentos, valores e sentimentos que tentam expressar, conferindo sentidos plenos à atividade que realizam. Concretizados em forma de canções, danças dramatizações, desenhos, e esculturas, as ideias e os sentimentos e pensamentos, desenvolvendo a percepção de si mesmo e do outro e a consciência sobre o que ocorre em volta, o que poderá contribuir para o desenvolvimento de sua afetividade.

O ensino de artes tem este papel de possibilitar desenvolverem cada um sua própria identidade, e não limitando-se somente aos materiais como por exemplo o lápis de cor e papel, mas vários outros materiais e suportes, como tintas, materiais recicláveis entre outras inúmeros formas de se trabalhar as artes visuais, levar ao sujeito as outras linguagens do ensino de artes, como fazê-lo perceber os sons, a dança, o teatro, que nos rodeiam diariamente, e que possamos selecionar o que nos agrada e podermos apreciar como arte, assim tornando sujeitos críticos e seletivos.

O ensino de artes tem como suas linguagens, a música, teatro e artes visuais, entre outros, onde podemos identificar que desde a infância todas estas linguagens nos rodeiam e fazem parte do nosso cotidiano.

3.1 LINGUAGENS DA ARTE

De acordo com a Proposta Curricular de Santa Catarina de 1998, trago as Artes visuais, a música e o teatro, entre outras linguagens, como conteúdos a serem contemplados nas aulas de Artes, o qual cada uma destas linguagens não necessariamente precise de um profissional especializado em cada uma destas linguagens, como por exemplo um professor especializado em música para dar o conteúdo de música, sendo assim é indispensável que o professor tenha o conhecimento de forma continuada sobre cada conteúdo de sua atuação e que ele possa oferecer a experimentação do conhecimento de cada linguagem artística. Pois é perceptível a importância destes ensinamentos para os alunos com deficiência inclusos nas redes de ensino regular. Proporcionar aos mesmos, vivências artísticas nas diferentes linguagens do ensino de artes é colaborar para o crescimento cognitivo e artístico cultural dos mesmos.

Deste modo, o PCSC, traz a seguinte fala:

Os conteúdos a serem abordados deverão contemplar uma postura interdisciplinar e devem corresponder as linguagens visual, cênica e musical [...]. Desta forma, é indispensável que o professor tenha domínio do saber, que busque a ampliação dos conhecimentos de maneira contínua[...]. O professor deve, ainda, [...] pesquisar novas formas de aplicação; enfim, deve participar de todo o processo artístico (PCSC, 1998, p.194).

Neste caso refere-se as linguagens da Arte apontadas no decorrer desta pesquisa. Onde será decorrido sobre as demais linguagens da arte. Sendo essas as artes visuais, a música, a dança e o teatro.

3.1.1 Artes Visuais

Pode-se afirmar que esta é uma das linguagens da arte mais utilizadas no ambiente escolar. Desde os primeiros anos escolares os alunos já são “apresentados ao mundo das cores”, seus primeiros traços, seus rabiscos, suas

impressões. Nestes casos, percebe-se o quanto a arte visual tem influência na construção imagética do aluno.

Segundo Almeida,

Ao simbolizarem, os alunos transportam-se para um mundo de fantasia, para um mundo imaginário criado por eles próprio, moldado ao seu gosto e que funciona com um sistema de regras especiais, o que não podem verdadeiramente fazer no “mundo real” (ALMEIDA apud FERREIRA, 2001, p.20).

É através de suas produções artísticas que o aluno, independente de sua capacidade cognitiva, pode se expressar, sem correr o risco de ser ‘julgado’, entre o que é certo e/ou errado, feio e bonito. Pois não é isto que a arte busca, e sim a capacidade de ‘entrega’ que o indivíduo com ou sem deficiência tem ao manifestar toda a sua imaginação através desta linguagem artística.

De acordo com o PCN (1997, p.23), “Essencialmente, o ato criador [...], estrutura e organiza o mundo, respondendo aos desafios que dele emanam, num constante processo de transformação do homem e da realidade circundante”.

Partindo deste pressuposto, é de suma importância que o professor de Artes, estimule seus alunos em suas produções artísticas, e que estimulem seus instintos imaginários e não os podendo, com desenho e/ou imagens prontas. A arte visual tem como objetivo expor a luz o que o imaginário do ser humano produz.

3.1.2 Música

A música faz parte da nossa vida desde a nossa infância, ou até mesmo antes do nosso nascimento, através de estudos científicos comprovam que mesmo um feto em formação pode sentir e já selecionar seu gosto musical, mesmo dentro do útero de sua mãe. Em nossa vida podemos ser somente ouvintes ou apreciar um estilo musical, dando uma maior atenção àquela que mais agrada a nossos ouvidos.

A essência da música é uma força de múltipla direção. Ela pode atuar de fora para dentro, quando atinge um ouvinte e este a expressa em movimentos físicos, cantarolando, percutindo objetos ou somente ficando em silêncio, mas atento ao acontecimento musical (FERREIRA, 2001, p.82).

A lei nº 11.769 de 2008, garante que o ensino da música fará parte obrigatoriamente no ensino básico no currículo escolar cada aluno. Embora algumas

escolas ainda encontrassem dificuldades de implantar esta linguagem da arte, pois é preciso quebrar a barreira de que a música nas escolas serve somente para apresentações festivas. Os conteúdos de música que constam nos documentos norteadores apontam diferentes caminhos para que se proporcionem vivências musicas enquanto arte nas salas de aulas, de maneira que o professor possa integrar os alunos com e sem deficiências que por ventura estejam frequentando uma mesma sala de aula.

O MEC está investindo neste sistema para preparar os professores da rede básica e poderem assim ter uma formação, para que a música faça parte do projeto pedagógico escolar. Assim poderemos oferecer enquanto professores do ensino da arte, abrir mais este leque de possibilidades para o crescimento deste sujeito enquanto educando, e que possa vivenciar este processo musical, ainda podendo se descobrir através da música.

Ferreira (2001, p.84), afirma que:

A música é um veículo que desenvolve potencialidades do indivíduo como a capacidade de concentração, a habilidade motora, a percepção auditiva, a capacidade criativa etc. O aspecto interdisciplinar é também outro campo importante de ação para a música.

Compete ao educador fazer com que esta interdisciplinaridade aconteça através da música, pois seria ganho para os educandos e o educador, porque através da música podem ter uma maior compreensão da matéria a ser estudada, de uma forma mais criativa e dinâmica, desenvolvendo o lúdico e a criação.

Nesse mesmo pensamento de que a música acrescenta conhecimento na vida escolar do sujeito, tornando-os mais sensíveis e seletivos, podendo assim reforçar sua capacidade de concentração, podendo ser mais criativos, tendo uma percepção auditiva mais desenvolvida e uma melhor habilidade motora.

3.1.3 Teatro

Assim como as outras linguagens da arte, o teatro também tem sua importância na construção artístico cultural do aluno. É uma manifestação artística que requer no ambiente escolar um espaço nas aulas de Artes para que o aluno

possa ter contato com tal linguagem. Porém, infelizmente não é o que tem acontecido na atualidade.

Sobre esta fala, o PCN, (1997, p.58), traz que, “Compete à escola oferecer um espaço para a realização dessa atividade, um espaço mais livre e mais flexível para que as crianças possam ordenar-se de acordo com sua criação”. Mas também não depende somente do espaço para proporcionar essas vivências aos alunos, é preciso que o professor de Artes, se disponibilize em ensinar tal linguagem, não escondendo-se atrás de desculpas como: “falta de espaço”, ‘não estou preparado’ entre outras.

A proposta Curricular diz que:

As dificuldades relacionadas com a carga horária e espaço físico não devem ser justificativas para que o teatro seja desprezado enquanto conteúdo programático [...], pois o universo dos alunos está repleto de experiências cênicas com as quais estes se relacionarão quotidianamente e isso, certamente, possibilitará situações de interação entre a prática escolar e a vida social dos alunos (PCSC, 1998, p.213).

Diante essas falas, compreende-se que o teatro, assim como qualquer outra linguagem da arte, colabora artisticamente para o desenvolvimento sociocultural do aluno. O professor enquanto educador não pode ignorar nenhuma oportunidade de acrescentar conhecimento ao seu aluno, seja ele, criança, jovem ou adulto. Proporcionar conhecimento em diferentes linguagens da arte só torna o aluno um indivíduo crítico e expressivo diante a uma sociedade que por vezes se esconde na mesmice e na praticidade.

E voltando-se ao ambiente escolar no âmbito da inclusão, é necessária a preparação dos educadores de arte para não ‘excluir’ esses alunos inseridos no ensino regular. Atividades que contemplem não só os alunos sem deficiência assim como os que possuem algum tipo de deficiência. Desse modo, a arte em suas diferentes expressões contribuirá de forma positiva, ajudando esses alunos a romper com suas ‘limitações’ e na construção crítica dos alunos. A ponto de não aceitarem qualquer coisa (aula), como algo suficiente.

3.1.4 Dança

Amora (2010), diz que dança é “arte de dançar; sucessão de rítmica de passos ou movimentos, geralmente ao som de música”. E nas escolas o que é a dança? E para que serve? Para os PCN's,

A atividade da dança na escola pode desenvolver na criança a compreensão de sua capacidade de movimento, mediante um maior entendimento de como o seu corpo funciona. Assim, poderá usá-lo expressivamente com maior inteligência, autonomia, responsabilidade e sensibilidade (PCN, 1997, p.49).

Possibilitar ao aluno contato com a dança é promover ao mesmo uma descarga de adrenalina', onde este usará o seu corpo para liberá-la. É perceptível em um ambiente escolar a movimentação dos alunos dentro ou não das salas de aulas, muitas vezes fazendo com que estes alunos nem percebam que muitos de seus movimentos são uma espécie de dança. Mas se o professor não souber conduzir esses alunos para um despertar na dança, o que poderá acontecer é uma evasão nas aulas de Artes no momento em que o mesmo foi apresentar a dança como uma linguagem artística. É também conteúdo do ensino da arte, embora em algumas escolas ainda utilizam dessa linguagem, somente em datas comemorativas. Strazzacappa (2001, p.50) diz que “a dança nas escolas ainda é pouco conhecida na escola”. Ainda neste pensamento a mesma autora traz que, “As escolas que já têm aulas de dança em seus currículos são, em sua maioria, instituições de educação infantil e dos primeiros anos do ensino fundamental, sobretudo pertencentes à rede particular de ensino”.

Mas assim como a música, a dança vem ganhando também seu espaço nas escolas, pois a desmistificação de que artes era somente pintura, os professores das redes de ensino vêm ousando em apresentar essa linguagem aos alunos. Tendo em vista que ela possibilite aos alunos diferentes leituras do mundo. Que os mesmos podem viajar sem ao menos saírem de suas salas de aula. Pois a dança tem o ‘poder’ de transportar o indivíduo para qualquer lugar ou região. Fato esse possível quando o professor de Artes, apresenta aos seus alunos através da dança as diferentes culturas, de nosso ou de outros países.

Para Strazzacappa (2004, p.65), “o professor de dança nas escolas não necessita ser um exímio dançarino, pois o seu enfoque se concentra na sala de aula

e não no palco”. No entanto, se faz necessário que o mesmo tenha a sensibilidade para tal arte, que o professor tenha vivenciado algum contato com a dança, assim este poderá compreender melhor as limitações que por ventura algum de seus alunos possa sentir.

É de suma importância que o professor utilize a ‘bagagem cultural’ de seus alunos, não desprezando o que estes trazem, como seus conceitos e gostos, a não imposição de um jeito certo ou errado de dançar, fará com que os alunos consigam vivenciar e se expressar mediante a dança.

4 METODOLOGIA

A pesquisa é um processo de (re)construção, uma investigação que nos leva a produção de novos conhecimentos no sentido de (re)inventar a realidade em que vivemos.

O presente trabalho de pesquisa tem por finalidade analisar a percepção dos professores de Artes com relação à inclusão de alunos com deficiência.

O estudo insere-se na linha de Educação e Arte do Curso de Artes Visuais – Licenciatura da UNESC, que busca contemplar os princípios teóricos e metodológicos sobre educação e arte, linguagens artísticas e suas relações com a prática pedagógica.

Quanto a natureza da pesquisa é básica, pois a mesma visa gerar conhecimento. “A pesquisa tem um caráter pragmático, é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. (GIL, 1999, p. 42).

Quanto a abordagem do problema compreendo como qualitativa, uma vez que não visa quantificar percentuais em sua análise e resultados, mas sim discutir de forma conceitual os processos encontrados na pesquisa de campo.

Na visão de Oliveira (1997, p.117)

A abordagem qualitativa não pretende nem numerar e nem medir, propõe-se a: Descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Do ponto de vista e dos objetivos, a pesquisa é descritiva, pelo fato de descrever sobre a percepção dos professores perante aos alunos com deficiências inclusos no ensino regular.

Para Moresi (2003, p. 9):

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlação entre variáveis e definir naturezas. Não tem compromisso em explicar fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Pesquisa de opinião insere-se nesta classificação.

Com relação aos procedimentos técnicos, classifica-se pesquisa de

campo, sendo utilizadas as informações coletadas a partir de um questionário com seis perguntas para cada professor, forma três redes de ensino, sendo um da rede municipal, um estadual e um do particular, foi entregue o questionário no mês de setembro de 2015 juntamente com uma autorização de uso de falas e escritas dos mesmos, eles puderam avaliar e responder com calma, e devolveram o questionário entre cinco a dez dias.

5 ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2015, em três escolas, uma municipal, uma estadual e uma particular, com 3 professores com graduação em Artes. Dos três professores pesquisados, 2 tem cursos de especialização em artes e 1 não tem outra formação além da graduação.

Quanto ao tempo de atuação na área, o professor da escola municipal tem 8 meses, o professor da escola estadual tem 25 anos e o professor da escola particular tem 8 anos.

Para a não exposição de nomes dos participantes da pesquisa, os professores serão nomeados como - professor de escola municipal PM, professor escola estadual PE e professor de escola particular PP. A tabela abaixo mostra o perfil dos pesquisados:

Tabela 1 - Perfil

Rede	Gênero	Graduação	Idade	Quantidade de alunos matriculados	Alunos com deficiência	Modalidade que atua	Recebem orientações para trabalhar com alunos com deficiência?
PM	Feminino	Artes Visuais	22	276	13	Ed. Infantil, Ensino fundamental I	Sim
PE	Masculino	Educação Artística	48	1200	05	Ensino fundamental II	Não
PP	Masculino	Artes Visuais	26	347	12	Ensino fundamental I,II	Sim

Fonte: Dados da pesquisadora, segundo semestre de 2015.

Os professores questionados possuem idade de 22, 26 e 48 anos, sendo que 2 estão no início da profissão e 1 está prestes a se aposentar, e estão entre o ensino público e o particular.

Ao serem questionados, os professores, sobre o entendimento de inclusão na educação básica obteve-se as seguintes respostas:

“Acredito que a inclusão não é só trazer os alunos para a escola regular, mas fazer com que o aluno perceba que faz parte do coletivo e que ele pode viver como as outras crianças mesmo com sua necessidade especial” (PM).

Para **(PE)**, *“O estabelecimento escolar deverá oferecer todas as condições de acesso para todos os indivíduos”*. Já **(PP)** aponta que *“inclusão, é toda forma de acolhimento de pessoas no sistema de ensino, independentemente de cor, condições físicas, psicológicas e entre outros aspectos, todos tem o direito de aprender com igualdade”*.

A legislação brasileira garante a inclusão dos alunos no ensino regular, não somente na sociedade, mas que tenha uma aprendizagem com a mesma igualdade aos demais alunos, não podendo diferenciá-lo. RODRIGUES (2006, p.199), aponta que, *“Toda escola, em respeito ao direito à educação, deve atender aos princípios constitucionais, não excluindo nenhum aluno, em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade, ou deficiência”*. Refletindo sobre o que diz o autor, realmente se as escolas não estiverem aptas a *“atenderem”* esses alunos inclusos, dificilmente adiantará mantê-los na escola de ensino regular, pois os mesmos não estarão sendo inclusos, mas sim excluídos. Sendo que é de direito do aluno com deficiência e defendido pela Constituição Brasileira de 1988, que traz como princípios a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Ao inferir os professores sobre qual metodologia que eles utilizam para ensinar Arte em turmas que há alunos com deficiência, **PM**, **PE** e **PP** salientaram que geralmente utilizam a *“mesma metodologia com os alunos com e sem deficiência”*. O professor **PP** relata que, em *“algumas ocasiões é preciso ser flexível e adaptar estratégias para melhor compreensão do aluno com deficiência. Essas estratégias dependem muito da deficiência do aluno e do grau de dificuldade do conteúdo seja ele teórico ou prático”*.

Deste modo Mantoan, 2006, p.60, afirma que:

Uma das competências previstas para os professores manejarem suas classes é considerar as diferenças individuais dos alunos e suas implicações pedagógicas como condição indispensável para a elaboração do planejamento e para a implantação de propostas de ensino e de avaliação da aprendizagem, condizentes e responsivas às suas características.

O professor de Arte no seu planejamento escolar, possa considerar as dificuldades de diferentes alunos, não somente os que tenham alguma deficiência, mas todos aqueles que possuem dificuldades de aprendizado, assim a metodologia que o professor de Arte sugere poderá ser adequada e flexível para todos os alunos terem acesso ao entendimento e a produção.

Analisando os depoimentos dos questionados, compreende-se que nenhum aluno é igual ao outro, cada um possui um ritmo e modo de aprendizagem que é individual de cada aluno. Beyer (2006, p.72) afirma que: “Para o processo ensino-aprendizagem tenha um desenvolvimento desejável, o ensino para diferentes deficiências terá que ter uma didática pedagógica adaptada, para não haver exclusão no desenvolvimento da atividade proposta”.

Questionando os professores sobre quais as linguagens artísticas é utilizada para ensinar artes nas turmas que há aluno com deficiência; é perceptível, que todos os professores utilizam todas as linguagens da arte, sendo que o **PM** evidencia que em suas aulas acaba *“sempre finalizando com as artes visuais, para que todos vivenciem também as suas habilidades, inclusive os alunos com deficiência”*.

Referentes aos espaços utilizados para o ensino das artes **PM** e **PE** responderam que usam a sala de aula, já o **PP** *“utiliza sala de aula, atelier de pintura, escultura, gravura, sala de teatro, sala de dança, estúdio fotográfico, sala de arte, pátio da escola, campus da universidade”*.

Ao perguntar se os professores **PM**, **PE** e **PP** sentem alguma dificuldade para ensinar Artes em turmas que há alunos com deficiência, suas respostas foram bem significativas, pois nota-se que em algumas situações a dificuldade não diz respeito só ao aluno com deficiência e sim a todos os demais alunos da sala, embora o aluno com deficiência possua um professor auxiliar que o acompanhe em suas atividades escolares, o professor de Artes terá que acompanhar e oferecer uma metodologia adequada para a sua dificuldade de aprendizagem, dando suporte teórico e prático para que este aluno possa aprender, pensar e desenvolver sua própria cultura, e reconhecer as demais. Podendo ser afirmada mediante as respostas a seguir.

“Algumas vezes não consigo aprofundar nas atividades com as crianças com deficiência, por causa de alunos indisciplinados na sala de aula, mas nesses momentos os monitores nos auxiliam quando precisamos” (PM). Em salas que

tenham alunos inclusos é muito difícil do professor da classe poder conseguir realizar o ensino para todos, sem a ajuda de um monitor para o aluno com deficiência e poder dar todo as capacidades necessárias para que o aluno incluso desenvolva sua atividade.

, *“Quando as atividades são em equipes, alguns têm dificuldades de trabalhar em grupos”*. (PE), *“Uma dificuldade que algumas vezes enfrento é o desinteresse de alguns alunos com deficiência pelas aulas. Em relação ao ensino não vejo muita dificuldade com alunos que tenho. Em alguns casos, tenho dificuldades de realizar avaliações escritas com alguns alunos, por ainda não saberem escrever e ler”* (PP).

Quando pergunto se o aluno com deficiência tem o acompanhamento de um monitor (estagiário) e como acontece o planejamento? As respostas são todas positivas em relação á existência de um monitor (estagiário), e referente aos planejamentos, os professores de Artes respondem da seguinte maneira:

“Costumo ver as habilidades dos alunos com deficiência, faço o planejamento e repasso para os monitores como será a atividade e eles fazem o acompanhamento, mas não deixo a responsabilidade só para eles, sempre passo um tempo com os alunos pra ver como vão desenvolvendo” (PM). *“Sim. O planejamento é unificado, ou seja, um planejamento geral e que pode ser adaptado para o aluno especial”* (PE). *“Nossa escola possui auxiliares para os alunos com deficiências, sendo assim facilita para o professor o ensino aprendizagem em arte, sabendo que os alunos além do professor também possui o auxiliar, para mais um reforço na aprendizagem”* (PP).

Com base nas respostas dos professores de Artes do ensino regular **PM**, **PE** e **PP**, analiso que realmente é possível trabalhar com a inclusão no ensino regular, porém também existem as dificuldades na aplicação das atividades, mas que com o auxílio dos monitores ou segundos professores é possível incluir, sim. Temos que fazer valer o direito destes alunos com deficiência frequentarem e terem um ensino igualitário aos demais alunos no ensino regular, tendo um acompanhamento de um monitor para dar maior suporte e acesso aos conteúdos apresentados pelos professores, pois não basta somente terem acesso a escola regular, mas terem um aprendizado e monitoramento para que possam aprender junto com os demais alunos. Segundo Mantoan (2006, p.21), “O professor, portanto, não poderia negar essa capacidade, esse “lugar do saber” que cada aluno tem de

ocupar diante do ensino ministrado, pois ao fazê-lo estaria ferindo esse princípio de igualdade intelectual e, portanto, embrutecendo-o”.

Enfim, o professor é um mediador do conhecimento que irá contribuir aos alunos com deficiência para que haja realmente a total inclusão no ambiente escolar, ofertando uma metodologia diferenciada para alunos que precisem de uma atenção maior de ensino e que possam ser avaliadas pelo seu progresso na aprendizagem.

6 PROJETO DE CURSO

1 TÍTULO: “O olhar do professor de Artes diante das deficiências de seus alunos inclusos”.

2 EMENTA: Inclusão no ensino regular. Diferentes tipos de deficiências.

3 CARGA HORÁRIA: 16h/a. divididas em 4(quatro) encontros de 4 h/a, no período de um mês.

4 PÚBLICO- ALVO: Professores de Artes de escolas de ensino regular, municipal, estadual e particular do município de Criciúma – S.C.

5 JUSTIFICATIVA

O projeto de curso, “O olhar do professor de Artes diante a deficiência de seus alunos inclusos” tem como objetivo perceber de que maneira os alunos com deficiência compreendem e desenvolvem as atividades do ensino da arte em suas múltiplas linguagens. É preciso que o professor enquanto educador possa compreender se há e quais são as dificuldades que seus alunos com deficiência encontram ao desenvolverem e participarem das atividades ministradas pelo seu professor.

Diante disso, trago o projeto de curso: “ O olhar do professor de Artes diante as deficiências de seus alunos inclusos”. Tendo como intuito, promover aos educandos vivências perante as deficiências, ampliando assim seu olhar para o outro.

6 OBJETIVOS

6.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar aos docentes de Artes das escolas de ensino regular municipal, estadual e particular experimentações artísticas de modo que os mesmos possam perceber

como seus alunos com suas deficiências vivenciam as linguagens da arte como: artes visuais, teatro, dança e a música.

6.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar aos professores através de vídeos possibilidades de trabalhar as diferentes linguagens da arte com seus alunos com deficiência.
- Desenvolver com os professores atividades que contemplem as diferentes linguagens da arte, visando experimentações dos mesmos a luz das deficiências, cego, cadeirantes, síndrome de down, autismo, deficiência intelectual, entre outras.
- Desenvolver com os professores diferentes metodologias para melhor compreensão de como seus alunos com deficiência percebem as linguagens da arte como: artes visuais, a música a dança e o teatro.

7 METODOLOGIA

Como proposta para o primeiro encontro, uma conversa sobre a inclusão no ensino regular e se há e quais as dificuldades que os professores de Artes encontram ao ministrar as aulas aos mesmos. Após esse momento, seguirá a apresentação de algumas linguagens da arte para os professores, como as artes visuais, música, dança e o teatro, afim de que os mesmos percebam que é possível trabalhar todas as linguagens da arte com os alunos cegos, autistas, cadeirantes, deficientes intelectuais, entre outras deficiências, podendo adaptar a sua metodologia para o aluno que possui uma específica deficiência, acompanhando seu desenvolvimento escolar.

O intuito desse diálogo é conscientizar os professores a olharem o ensino de artes para alunos inclusos como uma maneira de interação entre alunos, tendo em vista que poderão existir em suas salas de aulas alunos sem e com diferentes tipos de deficiências.

Dialogando com Yolanda (2000, p.84) referente ao professor ela diz que: “Se o professor tiver mais experiências, mais comunicação, sobretudo interesse com materiais visuais, ele facilmente terá tudo para realizar um trabalho rico e progressivo”.

Partindo desse pressuposto, é que o projeto de curso: “O olhar do professor de Artes diante as deficiências de seus alunos inclusos”. É que proponho aos professores de Arte nos três encontros seguintes, que se faça atividades contemplando a dança, teatro, música e as artes visuais que são as linguagens da Arte mencionadas nesta pesquisa, para que assim os mesmos possam vivenciar experimentações metodológicas e poderem compreender que todos os alunos mesmo os que possuem qualquer grau de deficiência poderá desenvolver cada um com sua dificuldade e capacidades individual de compreender a Arte e suas múltiplas linguagens.

Nos próximos encontros acontecerá as experimentações na prática onde serão disponibilizados aos professores objetos que os façam experimentar na mais fiel possível as deficiências que possivelmente irão ter contato ao ministrar aulas de artes para seus alunos inclusos. Como por exemplo, vendas para poderem vivenciar como um cego pode sim desenvolver um trabalho de artes visuais, oferecendo a ele uma pintura em alto relevo, para poder sentir e imaginar o que é, oferecendo como suporte uma tela, tinta e pincel, nesta mesma atividade, um cadeirante poderá desenvolver uma pintura como os pés. Vivenciar uma peça de teatro ou uma dança, imaginado e se colocando no lugar de um aluno com síndrome de down, autista, ou deficiente intelectual, vendo que todos poderão sim ser capazes de ter autonomia e criatividade em imaginar passos de dança e falas em um teatro, podendo se comunicar através de uma representação teatral. Ou uma música sendo apresentada por mudos, através da língua de sinais. E chegando no quarto e último dia de curso, os professores poderão socializar suas experiências, comentando quais foram suas maiores dificuldades e se sentiram mais aptos a ministrar as aulas aos seus alunos com deficiências.

REFERÊNCIAS:

STRAZZACAPPA, Márcia; MORANDI, Carla. **Entre a arte e a docência: a formação do artista da dança**. Campinas, SP: Papirus, 2006.

YOLANDA, Regina. Artes visuais na escola. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Múltiplas linguagens na escola**. Rio de Janeiro. DP&A, 2000. p. 77-90.

7 CONCLUSÃO

Após todo este tempo de pesquisa e leituras, e conhecendo um pouco mais sobre as leis que defendem e regem os direitos dos alunos com deficiência a terem um ensino de qualidade e igualdade aos demais no ensino regular, e abordam o ensino-aprendizagem como base de uma formação para que cada aluno se torne um sujeito independente e criativo.

Trago esta pesquisa intitulada como “O Ensino da Arte Frente À Educação Inclusiva no Ensino Regular”, lancei-me este desafio em saber como o professor de Artes desenvolvia as atividades de Artes aos alunos com deficiência, sem que o prejudicasse e possibilitando contribuir em seu aprendizado, de que formas era planejado estas atividades, e se acontecia uma divisão de atividades entre alunos com ou sem deficiência e quais suas maiores dificuldades com esses alunos com deficiência. Com esta problemática foi aplicado um questionário, e que me esclareceu muitas das minhas dúvidas e indagações, acredito que esta inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, tenha um ganho para todas as partes, para que todos possam ter um convívio e cresçam e tenham um ensino-aprendizado com muito respeito a todas as diferenças.

Percebi que além de todo o trabalho feito até agora para que esses alunos com deficiência sejam incluídos no ensino regular, e que possam ter o mesmo ensino e valores que os demais alunos, acredito que falta ainda um grande incentivo do governo e que eles possam oferecer uma preparação mais qualificada aos educadores de todas as redes, pois não basta incluir os alunos com deficiência nas escolas regulares, mas dar suportes e condições para que as escolas possam se preparar para receber alunos com deficiência com maior autonomia e segurança.

Enquanto futura professora de Artes, ao aplicar o questionário aos professores, pude perceber que a escola fica mais tranquila quando a família do aluno com deficiência participava ativamente do cotidiano escolar, quando escola, família e sociedade trabalham juntos, o desenvolvimento do aluno com deficiência será muito mais positivo e produtivo, dando segurança a todas as partes.

É um começo de uma longa caminhada, mas acredito que já tivemos um ganho muito significativo para estes alunos com deficiência e suas famílias, e juntos poderemos avançar e conquistar cada vez mais nossos direitos na sociedade. Enquanto educadores, deveremos cobrar das autoridades competentes, um

aperfeiçoamento qualificado, e suportes para podermos trabalhar de modo igualitário atendendo a todos os educandos, não diferenciando e nem excluindo nenhum aluno por falta de conhecimento ou alternativas de ensino.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília: MEC, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> >. Acesso em: 16 set. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as leis nº 10.048/00 e 10.098/00. Brasília: Senado, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília: Senado, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Senado, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. **Documento subsidiário à política de inclusão**. MEC: Secretaria de educação especial, 2005. 52 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

BRASIL. **Educação inclusiva**: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. MEC: Secretaria de educação especial, 2006, p. 68. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 16 set. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.ffclrp.usp.br/graduacoes/estagio/legislacao/lein9394.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o plano nacional de educação. Brasília: Senado, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 16 set. 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Senado, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. 19 p. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001.** Institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** arte/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante; FREITAS, Patrícia Silvestre de. **Introdução à Educação Física Adaptada para pessoas com deficiência.** Curitiba: UFPR, 2009.

FERREIRA, Sueli. **O ensino das artes:** construindo caminhos. Campinas, SP: Papirus, 2001.

FERREIRA, Sueli. **O ensino das artes:** construindo caminhos. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

GARCIA, Regina Leite (Org.). **Múltiplas linguagens na escola.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel F. Pereira. **Infância e educação infantil**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Caminhos Pedagógicos da Educação Inclusiva. In: GAIO, Roberta; MENEGGHETTI, Rosa G. Krob (Org.). **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa**. Brasília. 2003. Disponível em: <http://ftp.unisc.br/porta1/upload/com_arquivo/1370886616.pdf>. Acesso em: 12maio 2014.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

PILLOTTO, Sílvia Sell Duarte. **Linguagens da arte na infância**. Joinville, SC: Ed. da UNIVILLE, 2007.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SANTA CATARINA. **Proposta curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, (disciplinas curriculares). Florianópolis: Secretaria de Educação e do Desporto, 1998.

STRAZZACAPPA, Márcia. Dançando na chuva...e no chão de cimento. In: FERREIRA, Sueli (Org.). **O ensino das artes**: construindo caminhos. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004. p. 39-78.

STRAZZACAPPA, Márcia; MORANDI, Carla. **Entre a arte e a docência**: a formação do artista da dança. Campinas, SP: Papirus, 2006.

YOLANDA, Regina. Artes visuais na escola. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Múltiplas linguagens na escola**. Rio de Janeiro. DP&A, 2000. p. 77-90.

ANEXO(S)



ANEXO I: QUESTIONÁRIO

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
Curso: Artes Visuais Licenciatura
Título da pesquisa: O ENSINO DA ARTE FRENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR

Prezado (a) professor (a) solicito sua colaboração para o preenchimento deste questionário, que faz parte da pesquisa que estou desenvolvendo no curso de Artes Visuais - Licenciatura. Com o objetivo de analisar a percepção dos professores sobre o ensino da arte na escola com alunos deficientes.

Perfil Professor de Artes

1. Gênero: feminino () masculino ()
2. Idade: _____
3. Quantos alunos têm na escola? E quantos com deficiência? _____
4. Modalidade da educação básica:
5. () educação infantil () ensino fundamental 1º ao 5º ano () ensino fundamental 6º ao 9º ano.
6. Recebe orientações pedagógicas para trabalhar com alunos deficientes?
 Sim () Não ()

QUESTIONÁRIO PROFESSOR DE ARTES
--

1. Qual o seu entendimento de inclusão na educação básica?

2. Que metodologia você utiliza para ensinar arte em turmas que há alunos com deficiência?

3. Que linguagens artísticas você utiliza para ensinar artes em turmas que há aluno deficiente?

4. Que espaços você utiliza para ensinar arte?

5. Que dificuldades você encontra para ensinar artes em turmas que há alunos com deficiência?

6. Seu aluno com deficiência tem o acompanhamento de um monitor (estagiário)? Como acontece o planejamento?

ANEXO II: AUTORIZAÇÃO – USO DE FALAS, ESCRITAS E IMAGENS

Eu,

_____portador do
RG_____ (nº da identidade) autorizo a utilização de minhas falas,
escritas e imagens e estou ciente que os dados fornecidos serão utilizados na
pesquisa (Trabalho de Conclusão de Curso) de Maristela Constante acadêmico(a)
da 8ª fase do curso de Artes Visuais – Licenciatura que tem como objetivo de
analisar a percepção dos professores sobre o ensino da arte na escola com alunos
deficientes.

Atenciosamente,

Assinatura

Criciúma, de 2015.